

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.346 - RO (2018/0328679-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : DIOGO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por DIOGO DE SOUZA, representado pela Defensoria Pública da União, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que denegou a ordem visada no *Writ* n. 1015970.28.2018.4.01.0000, mantendo a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que responde pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 20 da Lei n. 4.947/66, 52 da Lei n. 9.605/98, e 14 da Lei n. 10.826/03.

Sustenta o recorrente, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, sob o argumento de que não havia fundamentação idônea para justificar o decreto da sua custódia cautelar, uma vez que embasada em elementos genéricos.

Defende que "*não há qualquer indício concreto que denote a possibilidade de que o recorrente, uma vez posto em liberdade, irá praticar ilícitos penais*" (e-STJ fl. 112).

Aduz que nenhum dos delitos pelos quais está sendo acusado possui pena máxima cominada superior a 4 (quatro) anos, sendo ilegal a prisão preventiva, em nítida violação ao art. 313 do Código de Processo Penal.

Pondera que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal).

Requer, por fim, o provimento do reclamo para revogar a prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura.

Contrarrazoados, os autos ascenderam a esta Corte superior.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

O pleito não merece acolhimento.

Isso porque, em consulta realizada na página eletrônica do Tribunal de Regional Federal da 1ª Região, colheu-se a informação de que, no dia **12/3/2019**, foi prolatada sentença condenando o ora recorrente às penas de 2 (dois) anos de reclusão e 1 (um) ano de detenção, em regime inicial aberto, mais pagamento de 20 (vinte) dias-multa, já considerada a soma das reprimendas aplicadas aos crimes do art. 20 da Lei n. 4.947/66, do art. 14 da Lei n. 10.826/03 e do art. 52 da Lei n. 9.605/98, na forma do art. 69 do Código Penal, ocasião em que foi revogada sua prisão preventiva, sendo determinada a expedição do competente alvará de soltura, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente apelo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

